

MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 172.119 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : **MIN. CELSO DE MELLO**
PACTE.(S) : **WESLEY MENDONCA BATISTA**
IMPTE.(S) : **EUGENIO PACELLI DE OLIVEIRA**
IMPTE.(S) : **MARIA LETICIA NASCIMENTO GONTIJO**
IMPTE.(S) : **LIVIA VILELA BERNARDES**
COATOR(A/S)(ES) : **PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS - CPI DO BNDES**

EMENTA: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. PESSOA POTENCIALMENTE SUJEITA A PERSECUÇÃO PENAL. APROVAÇÃO, MESMO ASSIM, DE REQUERIMENTO DE SUA CONVOCAÇÃO POR REFERIDO ÓRGÃO LEGISLATIVO. DIREITO AO NÃO COMPARECIMENTO RESULTANTE DA PRERROGATIVA CONTRA A AUTOINCRIMINAÇÃO. ILEGITIMIDADE DA CONDUÇÃO COERCITIVA PARA EFEITO DE INQUIRÇÃO. DISPENSA DE ASSINAR TERMO DE COMPROMISSO (CPP, ART. 203). PRECEDENTES DO STF. RECONHECIMENTO, EM FAVOR DO PACIENTE, DE SEU DIREITO AO SILÊNCIO. PRERROGATIVA CONSTITUCIONAL CONTRA A AUTOINCRIMINAÇÃO. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DIREITO DE PRESENÇA DO ADVOGADO CONSTITUÍDO, AO LADO DE SEU CLIENTE, AO LONGO DE

HC 172119 MC / DF

REFERIDA INQUIRIÇÃO. FACULDADE DO CLIENTE (PACIENTE) DE ENTREVISTAR-SE, PESSOAL E RESERVADAMENTE, COM O SEU ADVOGADO DURANTE TOMADA DE DEPOIMENTO, SEMPRE FACULTATIVO, POR MEMBROS DA CPI. PRERROGATIVA PROFISSIONAL DO ADVOGADO QUE NÃO PODE SER DESRESPEITADA PELO ÓRGÃO DE INVESTIGAÇÃO LEGISLATIVA. PRECEDENTES. DIREITO DE A PESSOA CONVOCADA E DE SEU ADVOGADO SEREM TRATADOS COM URBANIDADE E RESPEITO PELOS INTEGRANTES DA CPI. EVENTUAL TRANSGRESSÃO, PELA CPL, DESSE DIREITO E, TAMBÉM, DE OUTRAS FACULDADES ASSEGURADAS PELA MEDIDA LIMINAR AUTORIZA O PACIENTE E SEUS ADVOGADOS A RETIRAREM-SE, IMEDIATAMENTE, DO RECINTO DA INQUIRIÇÃO, SEM QUE SE POSSA ADOPTAR CONTRA ELES QUALQUER MEDIDA RESTRITIVA DE DIREITOS OU PRIVATIVA DE LIBERDADE. A INTERVENÇÃO JURISDICIONAL, QUANDO PROMOVIDA PARA FAZER CESSAR SITUAÇÕES DE ABUSO, DE ARBITRIO OU DE EXCESSO DE PODER, ALÉM DE PLENAMENTE LEGÍTIMA, NÃO IMPLICA OFENSA AO POSTULADO DA SEPARAÇÃO DE

HC 172119 MC / DF

PODERES (CF ART. 2º). PRECEDENTES.
MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA.

– **Aquele** que se acha submetido – **ou** que possa vir a sê-lo – a procedimentos estatais de investigação penal **ou** de persecução criminal em juízo **tem o direito de não comparecer** ao ato de seu depoimento, **ainda** que regularmente para ele convocado (**HC 171.438/DF**, Rel. Min. GILMAR MENDES, 2ª Turma).

– A prerrogativa constitucional **contra** a autoincriminação **impede** o órgão competente (a CPI, na espécie) **de impor** ao investigado (ou ao réu, quando for o caso) **o dever de comparecimento** para efeito de sua inquirição, **obstando-lhe, ainda, a adoção, contra quem sofre a persecução estatal, de qualquer medida, como a condução coercitiva (ADPF 395/DF e ADPF 444/DF, Rel. Min. GILMAR MENDES), destinada a compeli-lo** a fazer-se presente ao ato para o qual foi intimado. **Precedente.**

– **O exercício do direito de permanecer em silêncio, na hipótese de o investigado optar por comparecer perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, por traduzir concreta (e legítima) manifestação de prerrogativa constitucional, não autoriza o órgão estatal a impor-lhe qualquer medida restritiva de direitos ou privativa de**

HC 172119 MC / DF

liberdade. **Precedentes** (**HC 79.812/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **HC 96.219-MC/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **HC 129.000-MC/DF**, Rel. Min. LUIZ FUX – **HC 129.009-MC/DE**, Rel. Min. ROSA WEBER, *v.g.*).

– **Qualquer pessoa** que compareça **perante** Comissão Parlamentar de Inquérito **tem o direito de fazer-se acompanhar por Advogado, ainda que em reunião secreta** desse órgão legislativo (**Lei nº 1.579/52**, art. 3º, § 2º), **e de com o seu patrono comunicar-se, pessoal e reservadamente, a quem se revela lícito, no desempenho de suas prerrogativas profissionais, reclamar, verbalmente ou por escrito, contra** a inobservância de preceitos constitucionais, legais ou regimentais, **notadamente** quando o comportamento *eventualmente* arbitrário do órgão de investigação parlamentar **lesar** as garantias básicas daquele, *investigado ou testemunha*, que o constituiu para orientá-lo juridicamente. **Precedentes** (**MS 23.576-Recon/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **MS 30.906-MC/DE**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **HC 100.200/DF**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – **HC 134.983-MC/DE**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*).

DECISÃO: Trata-se de “*habeas corpus*” **preventivo**, com pedido de medida liminar, **impetrado** em razão de o ora paciente,

HC 172119 MC / DF

além de investigado em sede criminal (Inquérito Policial nº 23276-84.2017.4.01.3400), achar-se, também, “na iminência de ser convocado para comparecer à Câmara dos Deputados, perante a CPI do BNDES, (...) na condição de investigado, conforme termo de aprovação de convocação” (Requerimento nº 4/2019).

Pede-se, inicialmente, o deferimento de medida liminar “(...) no sentido de determinar ao eminente Presidente da CPI do BNDES, Deputado Federal Vanderlei Macris, a estrita observância às garantias a que o paciente faz jus na condição de investigado, especialmente as seguintes: (i) Concedida a ordem para facultar ao Paciente sua presença na CPI e, portanto, de não ser compelido a comparecer em tal ato, considerando sua posição de investigado; (ii) Ser acompanhado por advogado e com ele manter contato pessoal e direto durante todo o ato, garantido, ainda, que o causídico possa participar ativamente da sessão, podendo intervir de forma escrita ou verbal contra eventual comportamento da CPI que atente contra os direitos fundamentais do paciente. Além disso, que seja assegurada a faculdade ao paciente e a seus advogados, caso a CPI do BNDES, por qualquer de seus integrantes, não os trate com a urbanidade devida a qualquer depoente ou lhes dispense tratamento desrespeitoso ou moralmente ofensivo, situações essas que lhes permitirão retirar-se, imediatamente, do recinto onde estiver prestando depoimento, sem que possam ser submetidos a qualquer medida restritiva de direitos ou privativa de liberdade, seja por determinação desse órgão de investigação parlamentar, seja por iniciativa de qualquer integrante de organismo policial, inclusive da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados, na linha de decisão que já foi proferida a esse respeito no HC 171.300MC/DF; (iii) Ser dispensado de assinar eventual termo de compromisso legal de dizer a verdade; (iv) Permanecer em silêncio e não ser obrigado a responder as perguntas que lhe forem formuladas, sem que o exercício da garantia lhe seja interpretado de forma desfavorável; e (v) Não ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos pelo exercício dessas prerrogativas constitucionais-processuais.” (grifei)

HC 172119 MC / DF

Sendo esse o contexto, **passo a examinar** o pleito cautelar **deduzido** pelos ora impetrantes. **E, ao fazê-lo, observo, desde logo, que** o Ministério Público Federal, **em promoção** lançada **nos autos do IP** nº 23276-84.2017.4.01.3400 (12ª Vara Federal Criminal/DF), **ênfatisou que a investigação** contra o ora paciente “*poderá reiniciar caso surjam novas provas*”, **havendo assinalado, ainda, que, mesmo não tendo** referido paciente participado, diretamente, dos fatos apurados, **tanto ele** (Wesley Mendonça Batista) **quanto** José Batista Júnior “*foram beneficiados pelos crimes praticados por seu irmão*”.

Vê-se, portanto, que o ora paciente claramente **ostenta a posição de potencial investigado**, o que **permite estender-lhe** os direitos e as prerrogativas **que esta Corte Suprema reconhece em favor de qualquer** indivíduo **submetido** a atos de persecução criminal, **mesmo se eventualmente instaurada** esta perante organismos policiais.

Como se sabe, a jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal (**ADPF 395/DF**, Rel. Min. GILMAR MENDES, *v.g.*) **tem reafirmado, de modo consistente, os direitos e garantias** que assistem **a qualquer** pessoa sob investigação estatal **ou** persecução penal.

Essa prerrogativa, na realidade, é plenamente oponível ao Estado, **a qualquer** de seus Poderes e aos seus respectivos agentes e órgãos. **Atua, nesse sentido, como poderoso fator de limitação** das próprias atividades de investigação e de persecução desenvolvidas pelo Poder Público (Polícia Judiciária, Ministério Público, Juízes, Tribunais e **Comissões Parlamentares de Inquérito, p. ex.**).

É importante insistir, portanto, na asserção de que, **mesmo** o indiciado, **quando submetido** a procedimento inquisitivo, **de caráter unilateral** (**perante** a Polícia Judiciária **ou** uma CPI, *p. ex.*), **não se despoja** de sua condição **de sujeito** de determinados direitos e **de titular** de garantias indisponíveis.

HC 172119 MC / DF

O que se revela importante registrar, neste ponto, é uma simples, porém necessária, observação: a função estatal de investigar **não pode** resumir-se a uma sucessão de abusos **nem deve** reduzir-se a atos que importem em violação de direitos **ou** que impliquem desrespeito a garantias estabelecidas na Constituição e nas leis da República. **O procedimento estatal** – seja ele judicial, policial, parlamentar ou administrativo – **não pode transformar-se** em instrumento de prepotência **nem converter-se** em meio de transgressão ao regime da lei.

Essa é a razão pela qual **não tem sentido** adotar-se medida cautelar, de caráter restritivo, contra alguém, como a condução coercitiva do indiciado **ou** do réu, *para interrogatório*, **sob o fundamento** (*absolutamente equivocado*) de que a pessoa sujeita à investigação **não se mostrou** disposta a colaborar com o Estado, **recusando-se**, até mesmo, **a expor** a sua versão para os fatos que lhe foram imputados.

Impende assinalar, neste ponto, tendo em vista o estado da questão ora em exame, **que a condução coercitiva** do investigado **ou** do réu, *para efeito de interrogatório*, **revela-se ilegítima**, **eis que** a pessoa **exposta** à persecução estatal **tem o direito**, até mesmo, **de não comparecer** ao ato de sua própria inquirição, **a significar que esse direito de ausência afasta** a possibilidade de ela vir a ser submetida à medida extraordinária **a que se refere** o art. 260 do Código de Processo Penal.

Desse modo, **a recusa** em responder ao interrogatório, seja ele policial ou judicial – **ou, ainda, ao interrogatório perante uma comissão parlamentar de inquérito** –, **e a falta de cooperação** do investigado com as autoridades que o investigam, **ou** até mesmo que o processam, **traduzem comportamentos que são inteiramente legitimados pelo princípio constitucional** que protege **qualquer** pessoa contra a autoincriminação.

HC 172119 MC / DF

Daí o inteiro acerto do recentíssimo julgado emanado da colenda Segunda Turma desta Suprema Corte, que, sobre esse específico ponto, assim se pronunciou:

“Habeas corpus’. 2. Intimação de investigado para comparecimento compulsório à Comissão Parlamentar de Inquérito, sob pena de condução coercitiva e crime de desobediência. 3. Direito ao silêncio e de ser acompanhado por advogado. Precedentes (HC 79.812/SP, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 16.2.2001). 4. Direito à não autoincriminação abrange a faculdade de comparecer ao ato, ou seja, inexistente a obrigatoriedade ou sanção pelo não comparecimento. Inteligência do direito ao silêncio. 5. Precedente assentado pelo Plenário na proibição de conduções coercitivas de investigados (ADPF 395 e 444). 6. Ordem concedida para convolar a compulsoriedade de comparecimento em facultatividade.”

(HC 171.438/DF, Rel. Min. GILMAR MENDES – grifei)

Essas são as razões, que me levam a acolher o pleito cautelar formulado, nos presentes autos, pelos impetrantes, de modo a assegurar ao ora paciente (Wesley Mendonça Batista) o direito de não comparecer, para fins de interrogatório, perante a CPI do BNDES, sem que possa ele sofrer, em razão do legítimo exercício dessa prerrogativa fundamental, qualquer restrição em seus direitos ou privação de sua liberdade.

Com efeito, reconheço, com apoio em precedente firmado pela colenda Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (HC 171.438/DF, Rel. Min. GILMAR MENDES), que a pessoa que se acha submetida – ou que possa vir a sê-lo – a procedimentos de investigação penal ou de persecução criminal em juízo tem o direito de não comparecer ao ato de seu depoimento, ainda que regularmente para ele convocada.

Cabe enfatizar, por relevante, que a prerrogativa constitucional contra

HC 172119 MC / DF

a autoincriminação **impede** o órgão competente (a CPI, *na espécie*) **de impor** ao investigado (ou ao réu, *quando for o caso*) **o dever de comparecimento** para efeito de sua inquirição, **obstando-lhe, ainda, a adoção, contra quem sofre a persecução estatal**, de qualquer medida, **como a condução coercitiva** (ADPF 395/DF e ADPF 444/DF, Rel. Min. GILMAR MENDES), **destinada a compeli-lo** a fazer-se presente ao ato para o qual foi intimado.

Observo, de outro lado, na hipótese de o ora paciente **optar** pelo comparecimento à CPI do BNDES, que a sua particular situação de potencial investigado em sede criminal **afasta** a possibilidade de vir a ser constrangido a **assinar o termo de compromisso, unicamente** exigível a quem se qualifique **como testemunha** (CPP, art. 203).

Por tal motivo, **não há como obrigar** o ora paciente a **cumprir esse dever jurídico** que a legislação **impõe, como regra geral** (CPP, art. 203), **apenas às testemunhas**.

Desse modo, o paciente em causa **poderá, facultativamente, comparecer** perante a CPI do BNDES, **na data** para a qual for intimado, **sem que se lhe possa impor, no entanto, em face das razões** que venho de expor, **a obrigação de assinar o respectivo termo de compromisso e sem** que se possa adotar, contra ele, **como consequência do regular exercício de tal prerrogativa jurídica, qualquer** medida **restritiva** de seus direitos **ou privativa** de sua liberdade.

Acolho, também, o pleito que objetiva assegurar ao paciente, **caso exerça a faculdade de comparecer perante** a CPI em questão, **o exercício do direito ao silêncio, eis que** o Supremo Tribunal Federal, **em inúmeros precedentes** (HC 128.390-MC/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO – HC 128.837-MC/DF, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – HC 129.000-MC/DF, Rel. Min. LUIZ FUX – HC 129.009-MC/DF, Rel. Min. ROSA WEBER, *v.g.*), **tem reconhecido** essa prerrogativa fundamental **em favor** de quem é

HC 172119 MC / DF

convocado por Comissões Parlamentares de Inquérito, seja na condição de investigado, seja na de testemunha:

“COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – PRIVILÉGIO CONTRA A AUTO-INCRIMINAÇÃO – DIREITO QUE ASSISTE A QUALQUER INDICIADO OU TESTEMUNHA – IMPOSSIBILIDADE DE O PODER PÚBLICO IMPOR MEDIDAS RESTRITIVAS A QUEM EXERCE, REGULARMENTE, ESSA PRERROGATIVA – PEDIDO DE ‘HABEAS CORPUS’ DEFERIDO.

– **O privilégio contra a auto-incriminação – que é plenamente invocável** perante as Comissões Parlamentares de Inquérito – **traduz** direito público subjetivo **assegurado a qualquer pessoa** que, na condição de testemunha, **de indiciado** ou de réu, **deva prestar depoimento perante órgãos do Poder Legislativo, do Poder Executivo ou do Poder Judiciário.**

– **O exercício** do direito de permanecer em silêncio **não autoriza** os órgãos estatais a dispensarem qualquer tratamento **que implique restrição** à esfera jurídica daquele que regularmente invocou essa prerrogativa fundamental. **Precedentes.**

O direito ao silêncio – enquanto poder jurídico reconhecido **a qualquer** pessoa relativamente a perguntas cujas respostas possam incriminá-la (*‘nemo tenetur se detegere’*) – **impede**, quando concretamente exercido, **que aquele que o invocou venha, por tal específica razão, a ser preso, ou ameaçado de prisão, pelos agentes ou pelas autoridades do Estado (...).**

(**HC 79.812/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Não constitui demasia reafirmar, na linha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, **que o exercício do direito ao silêncio por parte do ora paciente, por traduzir legítima prerrogativa constitucional, não autorizará** que se lhe imponha **qualquer** medida **privativa** de liberdade **ou restritiva** de direitos.

O direito ao silêncio – e o de não produzir provas **contra** si próprio (**HC 96.219-MC/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*) – **constitui**

HC 172119 MC / DF

prerrogativa individual que não pode ser desconsiderada por qualquer dos Poderes da República, **independentemente** – *insista-se* – **da condição formal** (*seja* a de indiciado, *seja* a de investigado, *seja* a de testemunha) **ostentada por quem é intimado** a comparecer perante órgãos investigatórios do Estado, **inclusive perante Comissões Parlamentares de Inquérito**.

Assiste, por igual, a qualquer pessoa **que compareça** perante Comissão Parlamentar de Inquérito **o direito** de ser acompanhada *por Advogado e de com este* comunicar-se *pessoal e reservadamente*, **não importando** a condição formal por ela ostentada (**inclusive** a de investigada **ou** a de testemunha), **tal como expressamente assegurado pela jurisprudência constitucional** do Supremo Tribunal Federal (**HC 100.200/DF**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – **HC 113.646-MC/DF**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – **HC 134.983-MC/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **MS 30.906-MC/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*).

Daí o explícito reconhecimento, em sede legal, do direito de o depoente, **quer** como indiciado, **quer** como testemunha, *“fazer-se acompanhar de advogado, ainda que em reunião secreta”* (**Lei nº 1.579/52**, art. 3º, § 2º, **acrescentado** pela Lei nº 10.679/2003).

Nesse contexto, é assegurado ao Advogado a prerrogativa – *que lhe é dada por força e autoridade da lei* – **de velar pela intangibilidade** dos direitos daquele que o constituiu **como patrono** de sua defesa técnica, **competindo-lhe**, por isso mesmo, **para o fiel desempenho** do *“munus”* de que se acha incumbido, **o exercício dos meios legais** vocacionados **à plena realização** de seu **legítimo** mandato profissional.

Por esse motivo, nada pode justificar o desrespeito às prerrogativas *que a própria Constituição e as leis da República atribuem ao Advogado*, **pois o gesto de afronta ao estatuto jurídico da Advocacia representa**, na perspectiva de nosso sistema normativo, **um ato de inaceitável ofensa ao próprio texto constitucional e ao regime das liberdades públicas nele consagrado**.

HC 172119 MC / DF

Ao apreciar pedido de reconsideração formulado no MS 23.576/DF (“CPI do Narcotráfico”), de que fui Relator (DJU de 03/02/2000), tive o ensejo de destacar a alta significação de que se reveste a presença do Advogado ao lado de seu constituinte, quando intimado este a comparecer perante qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito, havendo reconhecido, na decisão que então proferi, o que se segue:

“(...) A investigação parlamentar, por mais graves que sejam os fatos pesquisados pela Comissão legislativa, não pode desviar-se dos limites traçados pela Constituição nem transgredir as garantias que, decorrentes do sistema normativo, foram atribuídas à generalidade das pessoas.

Não se pode tergiversar na defesa dos postulados do Estado Democrático de Direito e na sustentação da autoridade normativa da Constituição da República, eis que nada pode justificar o desprezo pelos princípios que regem, em nosso sistema político, as relações entre o poder do Estado e os direitos do cidadão – de qualquer cidadão.

– A unilateralidade do procedimento de investigação parlamentar não confere à CPI o poder de agir arbitrariamente em relação ao indiciado e às testemunhas, negando-lhes, abusivamente, determinados direitos e certas garantias – como a prerrogativa contra a autoincriminação – que derivam do texto constitucional ou de preceitos inscritos em diplomas legais.

No contexto do sistema constitucional brasileiro, a unilateralidade da investigação parlamentar – à semelhança do que ocorre com o próprio inquérito policial – não tem o condão de abolir os direitos, de derrogar as garantias, de suprimir as liberdades ou de conferir à autoridade pública poderes absolutos na produção da prova e na pesquisa dos fatos.

– O Advogado – ao cumprir o dever de prestar assistência técnica àquele que o constituiu, dispensando-lhe orientação jurídica perante qualquer órgão do Estado – converte a sua atividade profissional, quando exercida com independência e sem indevidas restrições, em prática inestimável de liberdade. Qualquer que

HC 172119 MC / DF

seja o espaço institucional de sua atuação, **ao Advogado incumbe neutralizar** os abusos, **fazer cessar** o arbítrio, **exigir** respeito ao ordenamento jurídico e **velar** pela integridade das garantias jurídicas – legais ou constitucionais – **outorgadas** àquele que lhe confiou **a proteção** de sua liberdade e de seus direitos, **entre os quais avultam**, por sua inquestionável importância, **a prerrogativa** contra a autoincriminação e o **direito de não ser tratado**, pelas autoridades públicas, como se culpado fosse, **observando-se**, desse modo, diretriz consagrada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

O exercício do poder de fiscalizar eventuais abusos cometidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito contra aquele que por ela foi convocado para depor **traduz prerrogativa indisponível do Advogado** no desempenho de sua atividade profissional, **não podendo**, por isso mesmo, **ser ele cerceado, injustamente, na prática legítima** de atos que visem a neutralizar situações configuradoras de arbítrio estatal ou de desrespeito aos direitos daquele que lhe outorgou o pertinente mandato.

O Poder Judiciário não pode permitir que se cale a voz do Advogado, cuja atuação, livre e independente, **há de ser permanentemente** assegurada pelos juízes e pelos Tribunais, **sob pena de subversão** das franquias democráticas e **de aniquilação** dos direitos do cidadão.

A exigência de respeito aos princípios consagrados em nosso sistema constitucional **não frustra nem impede** o exercício pleno, por **qualquer** CPI, dos poderes investigatórios de que se acha investida.

O ordenamento positivo brasileiro garante ao cidadão, **qualquer** que seja a instância de Poder que o **tenha** convocado, **o direito** de fazer-se assistir, tecnicamente, **por Advogado**, a quem incumbe, **com apoio** no Estatuto da Advocacia, **comparecer** às reuniões da CPI, **nelas podendo**, entre **outras** prerrogativas de ordem profissional, **comunicar-se**, pessoal e diretamente, com o seu cliente, **para adverti-lo de que tem** o direito de permanecer em silêncio (direito esse fundado no privilégio constitucional contra a

HC 172119 MC / DF

autoincriminação), sendo-lhe lícito, ainda, reclamar, verbalmente ou por escrito, contra a inobservância de preceitos constitucionais, legais ou regimentais, notadamente quando o comportamento arbitrário do órgão de investigação parlamentar lesar as garantias básicas daquele – indiciado ou testemunha – que constituiu esse profissional do Direito.

– A função de investigar não pode resumir-se a uma sucessão de abusos nem deve reduzir-se a atos que importem em violação de direitos ou que impliquem desrespeito a garantias estabelecidas na Constituição e nas leis. O inquérito parlamentar, por isso mesmo, não pode transformar-se em instrumento de prepotência nem converter-se em meio de transgressão ao regime da lei. (...).”

(MS 23.576-Recon/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Cabe assinalar, finalmente, examinada a pretensão dos ilustres impetrantes na perspectiva da espécie ora em análise, que as Comissões Parlamentares de Inquérito, à semelhança do que ocorre com qualquer outro órgão do Estado ou com qualquer dos demais Poderes da República, submetem-se, no exercício de suas prerrogativas institucionais, às limitações impostas pela autoridade suprema da Constituição.

Isso significa, portanto, que a atuação do Poder Judiciário, quando se registrar alegação de ofensa, atual ou potencial, a direitos e a garantias assegurados pela Constituição da República, longe de configurar situação de ilegítima interferência na esfera de outro Poder do Estado, traduzirá válido exercício de controle jurisdicional destinado a amparar qualquer pessoa nas hipóteses de lesão, ainda que iminente, a direitos subjetivos reconhecidos pelo ordenamento positivo.

Em uma palavra: uma decisão judicial que restaura a integridade da ordem jurídica e que torna efetivos os direitos assegurados pelas leis e pela Constituição da República não pode ser considerada ato de indevida interferência na esfera do Poder Legislativo, consoante já o

HC 172119 MC / DF

proclamou o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em unânime julgamento:

“O CONTROLE JURISDICIONAL DE ABUSOS PRATICADOS POR COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO NÃO OFENDE O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES.

– *A essência do postulado da divisão funcional do poder, além de derivar da necessidade de conter os excessos dos órgãos que compõem o aparelho de Estado, representa o princípio conservador das liberdades do cidadão e constitui o meio mais adequado para tornar efetivos e reais os direitos e garantias proclamados pela Constituição.*

Esse princípio, que tem assento no art. 2º da Carta Política, não pode constituir nem qualificar-se como um inaceitável manto protetor de comportamentos abusivos e arbitrários por parte de qualquer agente do Poder Público ou de qualquer instituição estatal.

– *O Poder Judiciário, quando intervém para assegurar as franquias constitucionais e para garantir a integridade e a supremacia da Constituição, desempenha, de maneira plenamente legítima, as atribuições que lhe conferiu a própria Carta da República.*

O regular exercício da função jurisdicional, por isso mesmo, desde que pautado pelo respeito à Constituição, não transgride o princípio da separação de poderes.

Desse modo, não se revela lícito afirmar, na hipótese de desvios jurídico-constitucionais nos quais incida uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que o exercício da atividade de controle jurisdicional possa traduzir situação de ilegítima interferência na esfera de outro Poder da República.”

(RTJ 173/805-810, 806, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

HC 172119 MC / DF

Esse entendimento **tem sido por mim observado** em diversos julgamentos **que proferi** nesta Suprema Corte:

“(...) O postulado da separação de poderes e a legitimidade constitucional do controle, pelo Judiciário, das funções investigatórias das CPIs, se e quando exercidas de modo abusivo. Doutrina. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. (...)”

(HC 88.015-MC/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, “in” Informativo/STF nº 416/2006)

Sendo assim, tendo em consideração as razões expostas, **defiro** o pedido de medida liminar **nos precisos** termos expostos **nesta** decisão, **em ordem a assegurar**, cautelarmente, ao paciente em questão, **em face da CPI do BNDES, o direito ao não comparecimento**, para fins de inquirição, **perante** essa CPI. Caso o paciente em referência, *no entanto*, **opte por comparecer** (trata-se de faculdade jurídica *que lhe é reconhecida*), **fica-lhe assegurado**, desde já, **(a) o direito de exercer** a prerrogativa constitucional **contra** a autoincriminação, **sem** que se possa adotar *contra ele*, em razão **do regular exercício** de tal prerrogativa jurídica, **qualquer medida restritiva de direitos ou privativa de liberdade; (b) o direito de ser dispensado** de assinar termo de compromisso legal, **por tratar-se de potencial investigado** em sede criminal, **garantindo-se-lhe**, por isso mesmo, **o direito de não sofrer qualquer** medida sancionatória **por parte** de mencionada Comissão Parlamentar de Inquérito; **e (c) o direito de ser assistido** por seus Advogados **e de com estes comunicar-se**, pessoal e reservadamente, **sem** qualquer restrição, **durante** o curso de seu depoimento.

Se a CPI ora apontada como coatora **descumprir** a presente liminar, **e assim desrespeitar** as prerrogativas profissionais dos Advogados **que dão assistência a Wesley Mendonça Batista** (e ofender, por consequência, os direitos e garantias desse paciente), **fica-lhes assegurado o direito de fazerem cessar, imediatamente, a participação** de seu constituinte no procedimento de inquirição, **sem** que se possa adotar **contra** eles –

HC 172119 MC / DF

Advogados e respectivo cliente, o ora paciente – **qualquer** medida restritiva de direitos **ou** privativa de liberdade.

Idêntica faculdade **é também assegurada** ao ora paciente **e** a seus ilustres Advogados **caso** a CPI do BNDES, por **qualquer** de seus integrantes, **não os trate com a urbanidade devida a qualquer depoente ou dispense-lhes tratamento desrespeitoso ou moralmente ofensivo, situações essas que lhes permitirão retirar-se, imediatamente, do recinto** da inquirição, **sem** que possam ser submetidos **a qualquer medida restritiva de direitos ou privativa de liberdade, seja por determinação** desse órgão de investigação parlamentar, **seja por iniciativa** de qualquer integrante de organismo policial, **inclusive** da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados, **na linha de decisão que já proferi a esse respeito (HC 134.983-MC/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO).**

2. **Comunique-se, com urgência, o teor** desta decisão ao eminente Senhor Presidente *da CPI do BNDES.*

O **ofício de comunicação** deverá ser encaminhado, **mediante “fax” ou qualquer outro meio ágil de comunicação, ao Presidente** da CPI do BNDES, **em ordem a permitir a sua imediata cientificação quanto ao conteúdo do presente ato decisório.**

3. **Requisitem-se informações** ao Senhor Presidente do órgão ora apontado como coator.

Publique-se.

Brasília, 07 de junho de 2019 (22h30).

Ministro CELSO DE MELLO

Relator